

A (re)Construção Identitária Inter-racial de Professores numa abordagem decolonial

Teachers' Interracial Identity (re)construction in a decolonial approach

Josefa Santos Silva¹

Selma Maria Abdalla Dias Barbosa²

Franqueslane Ferreira de Lima³

Universidade Federal do Norte do Tocantins

Resumo: O artigo objetiva compreender as relações inter-raciais na (re)construção de identidade(s), utilizando a abordagem decolonial, considerando a inter-racialidade como processo de resistência contrapondo-se aos modos de existência e manutenção da branquitude que persiste demarcando corpos e lugares em um processo sócio-histórico-cultural colonial. Considerando a complexidade do objeto investigado e sua interseccionalidade com outros mais campos de pesquisa, dialogamos com a Linguística Aplicada como percurso de atravessamento de fronteiras, transgressão e percepção que possibilitem analisar como estas relações inter-raciais se (re)constroem. Com este intuito, trabalhamos com a pesquisa qualitativa, de cunho interpretativista, tendo como procedimento metodológico o estudo de caso, com dados gerados a partir de narrativas de vida de professoras da região norte que vivem relações inter-raciais entrelaçando estudos de Schucman (2020); Bento (2022); Grada Quilomba (2019); Munanga (2004) entre outros estudiosos relevantes para a construção do debate. O estudo possibilitou compreendermos que a (re)construção identitária deve ser articulada através de debates que contribuam para pensarmos políticas públicas que reconheçam a necessidade de propor estudos sobre as relações inter-raciais na educação.

Palavras-chave: Identidade; Inter-racialidade; Decolonialidade.

Abstract: The article aims to understand interracial relations in the (re)construction of identity, using the decolonial approach, considering interraciality as a process of resistance opposing the modes of existence and maintenance of whiteness that persists demarcating bodies and places in a colonial socio-historical-cultural process. Considering the complexity of the investigated object and its intersectionality with other fields of research, we dialogue with Applied Linguistics as a path of crossing borders, transgression and perception that make it possible to analyze how these interracial relationships are (re)constructed. For this purpose, we worked with qualitative research, of an interpretive nature, using the case study as a methodological procedure, with data generated from life narratives of teachers from the northern region who live interracial relationships intertwining studies by Schucman (2020); Benedict (2022); Grada Quilomba (2019); Munanga (2004) among other scholars relevant to the construction of the debate. The study made it possible for us to understand that the (re)construction of identity must be articulated through debates that contribute to thinking about public policies that recognize the need to propose studies on interracial relations in education.

Key-Words: Identity; Interraciality; Decoloniality

¹ Universidade Federal do Norte do Tocantins. E-mail: josefadossantossilva20@gmail.com

² Docente do Curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal do Norte do Tocantins. E-mail: selmaabdalla@uft.edu.br

³ Universidade Federal do Norte do Tocantins. E-mail: franqueslane@gmail.com

Recebido em 31 de agosto de 2023
Aprovado em 20 de dezembro de 2023.

Introdução

O artigo objetiva compreender a (re)construção de identidade inter-racial, utilizando-se da abordagem decolonial, considerando a inter-racialidade como processo de resistência contrapondo-se aos modos de existência e manutenção da branquitude (SCHUCMAN, 2020; BENTO, 2022) que persiste demarcando corpos e lugares em um processo sócio-histórico-cultural colonial. A resistência busca transformação que “deriva de nossa vontade de construir alianças que nos permitam resistir com o outro e para o outro[...]” (ROCHA, 2021, p.12) insurgindo como força contra autoritarismo, condição precária, colonização e colonialidades.

Nesta perspectiva, reconhecer-se nas relações inter-raciais é também um processo de (res)construção identitária que traz para o debate esta relação construída inicialmente na colonização violenta sofrida pelos povos originários do Brasil e pelos povos africanos e perpetuada em práticas de proteção de branquitude racializadas que aniquilam o direito de os desiguais existirem.

Problematizamos, pois, que as relações étnico-raciais⁴ foram disseminadas numa perspectiva de apagamento da raça/etnia negra. Desde o processo de escravidão no Brasil colônia, passando pela tentativa de miscigenar para tornar menos negro cada brasileiro até as atuais relações são sempre tentativas de aniquilação de outra raça/etnia, considerando-a um risco, um “pacto de branquitude, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”. Este sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele”. (BENTO, 2022, p.12).

O estudo está no campo da Linguística Aplicada, com abordagem qualitativa (MOITA LOPES, 1996) e interpretativista (ANDRÉ, 2005), sendo utilizado como

⁴ Segundo Kabengele Munanga (2004, p. 28), “o conteúdo da raça é morfológico e o da etnia é sociocultural, histórico e psicológico. Um conjunto populacional dito raça ‘branca’, ‘negra’ e ‘amarela’, pode conter em seu seio diversas etnias. Uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território.”

metodologia o estudo de caso que colabora para compreendermos a realidade vivenciada por duas participantes, ampliando e contribuindo para pensarmos os processos histórico-sócio-cultural que nos envolvem desde a colonização. Reconhecemos que as narrativas de processos vividos envolvem memórias afetivas. Falar de si mesma torna-se um processo de compreensão que considera o convívio sociocultural para viabilizar outros modos de conviver e perceber-se nele como (re)construção identitária.

O artigo está organizado em introdução, duas seções, considerações e referências. Na primeira seção fazemos uma breve contextualização das relações étnico-raciais e suas implicações nas relações inter-raciais, situando-as no Brasil. Na segunda seção, tratamos das reflexões sobre a reconstrução identitária, analisando narrativas inter-raciais numa abordagem decolonial.

1. Breve contextualização: das relações étnico-raciais à inter-racialidade no Brasil

Iniciamos a discussão a partir do período histórico compreendido como ‘Expansão Marítima Europeia’, no século XV. Nessa época, a Europa era considerada o “centro” de uma divisão tricontinental do mundo. Os outros continentes que formavam essa conjuntura eram a América e a África, sendo que os demais continentes participavam como território de exploração, o primeiro de recursos naturais e proventos mercantis, o último da mão de obra escrava (CHIAVENATO, 1980). Assim, a saída de homens e mulheres negros do continente africano e sua chegada à costa brasileira foram no intuito de servir como mão de obra escravizada, sendo que o Brasil vivia um processo de povoamento e exploração por Portugal.

Durante o período de escravidão, o africano ocupava lugar central no processo produtivo. As relações econômicas de grande e médio porte, internas e com outros países, dependiam da força de trabalho escravizado para se desenvolver (GOMES, 2021). Por mais de três séculos, o escravizado⁵ foi considerado uma mercadoria no

⁵ A escolha desse vocábulo no artigo justifica-se por corroborar com a ideia de Schwarcz (2018, p. 27), “por sinal, optamos por incluir este termo [escravizado] porque tal regime não tem nada a ver com uma origem ou opção de imigrar. Ninguém foi escravo no passado e, sendo assim, é forçoso destacar que todas essas populações foram mesmo escravizadas, pois introduzidas no país de forma compulsória”.

Brasil. Ele podia servir de moeda de troca e, ao mesmo tempo, era a principal força motriz do sistema econômico,

Nos anúncios de jornais, os escravos brasileiros eram comprados, vendidos, leiloados, alugados, hipotecados, emprestados, doados, transmitidos em herança e até trocados um pelo outro, em um sistema de escambo que não envolvia transação monetária. “Troca-se uma negra muito boa lavadeira e vendedeira de rua por uma que engome e costures”, propagava o *Diário de Pernambuco* de 4 de maio de 1835 (GOMES, 2021, p. 27).

O escravizado era objeto - máquina de trabalho e produto mercantil de grande valor – desprovido da condição humana e, como tal, tratado sem a menor preocupação com suas condições de saúde e sobrevivência, desde seu transporte da África até o seu uso intensivo na exploração colonial. O africano escravizado, dessa forma, possuía uma única função: servir de mão de obra para seus senhores e era obrigado a fazer tudo o que lhe era ordenado, havendo castigos cruéis para quem desobedecesse. O sistema escravocrata nas Américas foi inovador em termos de barbárie e degradação humana (CHIAVENATO, 1980).

Esse modelo de escravidão perdurou até 1888 quando se deu a assinatura da Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel, filha do imperador Dom Pedro II. Lei que teve origem nas manifestações de escravos e nas lutas abolicionistas, porém, sem nenhum projeto de política pública de inserção dos libertos deste sistema escravocrata na sociedade, foram apagados, esquecidos e largados às condições de sobrevivência de não humanas para sub humanas.

Com a abolição da escravatura e o advento do trabalho ‘livre’, ocorreram muitas mudanças sociais em que as relações de trabalho se transformaram e o escravizado, ao se emancipar, transforma-se em negro livre e assalariado, passando a participar do mundo do trabalho como trabalhador livre, vendendo sua força de trabalho de acordo com os ditames da nova ordem competitiva que se instaurava. Essa é a teoria que a história oficial aponta. Porém esse grande contingente de pessoas se viu sem perspectivas de trabalho, de educação e de inclusão social, visto que neste período

iniciou-se o republicanismo com a ampliação da mão de obra europeia que já estava presente.

A partir da formação da república, a elite dominante no Brasil procurava um caminho para definir uma identidade nacional, a exemplo do que já acontecia no cenário nacional para se constituir como nação, o Brasil já possuía alguns requisitos como o território e um idioma, herdado de seus colonizadores. No entanto, faltava-lhe uma identidade populacional. Esse grupo considerava difícil encontrar uma forma de incluir a população de ex-escravizados na constituição da nacionalidade e da identidade brasileira, uma vez que as conclusões acerca da inferioridade racial era o pensamento da época (MUNANGA, 2004).

Estudiosos brasileiros, como Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Oliveira Vianna, que, influenciados por autores europeus de início, viram na mistura de raças um veneno para os destinos da nação. Entretanto, mudaram sua concepção para atender às necessidades políticas do país naquele momento, visto que o negro, ao deixar de ser a base estruturante da sociedade escravocrata, passa a ser relacionado na nova ordem capitalista ao atraso e, portanto, incompatível com o desenvolvimento e a modernidade que o país ansiava construir. Precisou-se dar um sentido positivo à miscigenação no Brasil, já que o processo de mestiçagem estava bastante avançado (SCHWARCZ, 1993).

Dessa forma, foi necessário buscar uma solução apropriada para a questão racial brasileira e ela foi encontrada na forma de um elogio à miscigenação. Segundo Queiroz (2004), a tese de que a nação brasileira “embranqueceria” com o passar do tempo e, vinculada a ela, a adoção de um sistema amplo de classificação se apresentaram como a solução possível para o caso especial brasileiro.

O processo de imigração fortaleceu a política do branqueamento e a substituição em larga escala da força de trabalho negra pela branca europeia. A preferência do mercado de trabalho pelo branco de origem europeia se sustentava, entre outros argumentos, nas ideias racistas de que o negro tinha menos preparo e capacidade que o trabalhador branco, ajustado ao trabalho livre e às demandas que a sociedade de classes exigia.

A ideologia de que a mestiçagem poderia ser uma forma de melhorar a descendência étnica do povo brasileiro auxiliou a construir, no Brasil pós-abolição, o mito da democracia racial. Muito embora fosse evidente a desigualdade racial, social e econômica e sua conotação discriminatória, a elite dominante passou a forjar uma ideologia de que no Brasil não haveria discriminação racial e que havia oportunidades iguais para todos os segmentos étnicos, mesmo diante de uma realidade que evidenciava o contrário.

O mito da democracia racial foi amplamente divulgado por vários autores brasileiros. Entre eles podemos destacar o sociólogo Gilberto Freyre que, em sua obra *Casa Grande e Senzala*, destaca o processo de miscigenação como um fator positivo para se corrigir as distâncias sociais provenientes da sociedade do sistema escravocrata. Na visão desse autor, esses problemas seriam resolvidos a partir da miscigenação, pois o mestiço, ao ser aceito socialmente, representaria a nova configuração do povo brasileiro (MUNANGA, 2004).

Essa democratização racial, baseada na dupla mestiçagem, biológica e cultural, entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimularem as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não brancas de se conscientizarem acerca de suas características culturais, o que contribuiria para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são “expropriadas”, “dominadas” e convertidas em símbolos nacionais pelas elites dirigentes (MUNANGA, 2004).

Pelo mito, o Brasil vê o problema da desigualdade como uma questão de renda e acesso à educação que a maioria da população não consegue ter e manter por falta de recursos. Porém, o problema está mascarado por uma sociedade que insiste em acreditar não haver racismo e discriminação no nosso país.

2. Construção identitária: percepções inter-raciais numa abordagem decolonial

Os estudos decoloniais iniciaram-se com o Grupo Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade, constituído por pesquisadores latino-americanos na década de 1990 com foco em pesquisas Heterogêneo e Transdisciplinar. Entre as contribuições destes estudos está denunciar a colonialidade que impregna nossas percepções de mundo e nos faz acreditar que pertencemos a ele de modo imutável, sendo inferiores, racializados e, portanto, desejamos nos embranquecer.

Isto requer refletirmos, no Brasil, os estudos inter-raciais numa abordagem do processo decolonial, pois como apresentamos na seção anterior, o processo de colonização foi marcado pela destruição do imaginário do outro, objetivando sua invisibilização e subalternização, reduzindo a humanidade do outro, colocando-o na categoria de primitivos e irracionais, apenas por pertencer à outra raça/etnia. Como argumenta Cida Bento:

O discurso europeu sempre destacou o tom da pele como a base principal para distinguir status e valor. As noções de “bárbaros”, “pagãos”, “selvagens” e “primitivos”, evidenciam a cosmologia que orientou a percepção eurocêntrica do Outro nos grandes momentos de expansão territorial da Europa. Como diz Edward Said, o olhar europeu transformou os não europeus em um diferente e, muitas vezes ameaçador, outro. (BENTO, 2022, p. 28)

Dessa forma, podemos afirmar que a identidade negra não surge da tomada de consciência de uma diferença de pigmentação ou de uma diferença biológica entre populações negras e brancas e/ou negras e amarelas, mas do ponto de vista histórico, surgindo de um longo processo histórico que começa com a expansão marítima, no século XV, do continente africano e de seus habitantes pelos navegadores portugueses. Este processo abriu o caminho para o desenvolvimento de relações mercantilistas entre a Europa e a África para o tráfico negreiro, a escravidão e, enfim, para a colonização do continente africano e de seus povos.

Assim, decolonizar o processo de (re)construção da identidade inter-racial é compreender que os mecanismos ideológicos continuam arraigados no inconsciente brasileiro, reconhecendo as identidades raciais, culturais sem “daltonismos” e, então evidenciar a história cultural dos negros e das negras, bem como dos povos originários como produção de conhecimento na grande diversidade cultural brasileira.

Atualmente, o tema identidade tem sido ressaltado em estudos relativos a fenômenos sociais contemporâneos. Tanto do ponto de vista pessoal, quanto social, a identidade é importante para melhor compreensão de práticas singulares ou coletivas, desencadeadas nas diversas relações sociais.

No plano pessoal, a identidade, ou o conceito de si mesmo, orienta a ação individual. Já no plano social, as identidades das pessoas configuram-se como a percepção de si mesmas dentro de um ou vários grupos, e, nesse sentido, direcionam os movimentos, refletindo a ação grupal.

Contudo, a identidade não é um conceito essencialista, muito menos assinala um núcleo estável, sem qualquer mudança, estando sujeita a uma construção histórica que está sempre, em um processo de mudança e transformação, como exemplo: o que acontece com as discussões em torno da construção identitária mediante os processos e práticas de descolonização do pensamento que modificam o caráter do que já está “estabelecido” nas populações e culturas, quando traz a reflexão os diversos processos de migração forçada (ou livre), no qual essas identidades começam a invocar uma origem de um passado histórico:

Elas surgem da narrativização do eu, mas a natureza necessariamente ficcional desse processo não diminui, de forma alguma, sua eficácia discursiva, material ou política, mesmo que a sensação de pertencimento, ou seja, a “suturação à história”, por meio da qual as identidades surgem, esteja, em parte, no imaginário (assim como no simbólico) e, portanto, sempre, em parte, construída na fantasia ou, ao menos, no interior de um campo fantasmático (HALL, 2014, p. 109).

De acordo com Hall (2014), as identidades são construídas dentro e não fora do discurso, sendo necessário compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, em formações de práticas discursivas específicas, e ainda com estratégias e iniciativas específicas. Para autor, dentro dessas questões, a identidade precisa ser analisada no interior do jogo de modalidades específicas de poder, demonstrando-se assim um produto de marcação da diferença e da exclusão.

Em uma perspectiva mais contemporânea, a identidade é vista como fragmentada, proteiforme e movediça, em oposição a uma definição fixa e unitária, usada para rotular pessoas, etnias, comunidade e cultura, independentemente das perspectivas teóricas e metodológicas que norteiam os estudos sobre identidades em diversos países (BARBOSA & BEDRAN 2016, p.3).

Comungamos nestas concepções que o sujeito quando se envolve em um processo de identificação com determinada cultura, ele passa a encaixar-se a elementos estabelecidos através de símbolos, de ideias e principalmente com valores que são consideradas e transmitidas dentre as gerações. É imprescindível esse debate oportunizando uma reflexão para o respeito à diversidade, tendo como desafio proporcionar a afirmação e a revitalização da autoimagem das pessoas negras e mestiças.

Compreender essa construção das relações inter-raciais é uma provocação para desconstrução do conhecimento colonial, que foi marcado pela destruição do imaginário do outro, esse outro que somos nós, negros ou mestiços brasileiros, definidos então, por um processo de inviabilização e subalternização.

A partir desses apontamentos, trataremos e analisaremos os relatos de pessoas que se autodefinem com identidades inter-raciais, frutos de relacionamentos entre casais birraciais.

Essa construção identitária inter-racial demanda que conheçamos as relações desiguais que foram se construindo ao longo da colonização europeia em nosso país, reconhecendo as resistências dos corpos dominadores e ocupantes dos espaços de poder e dos corpos apagados por este movimento e que são os nossos, corpos racializados para a formação de uma nova história. Sobre isso Clóvis Moura escreve:

Essa elite de poder que se autoidentifica como *branca* escolheu, como tipo ideal, representativo da superioridade étnica em nossa sociedade, o branco europeu e, em contrapartida, como tipo negativo, inferior, étnica e culturalmente, o negro. Em cima dessa dicotomia étnica estabeleceu-se, como já dissemos, uma escala de valores, sendo o indivíduo ou grupo mais reconhecido e aceito socialmente repellido à medida que se aproxima do negro (2019, p. 90).

Assim, podemos resumir que histórica e culturalmente, essa descoberta das qualidades e atributos físicos influencia no processo de identidade pessoal, além de servir de base para a busca do reconhecimento social.

Por outro lado, a família, também, reproduz ou não esse esquema estrutural que é binário, que marca a oposição negro/branco, bom/ruim, na sociedade, podendo assim contribuir, consciente ou inconscientemente, para a formação das identidades das

crianças negras e mestiças, e isso de forma positiva ou negativa, ou até mesmo inferiorizada, o que pode ocasionar a autor-rejeição e a autodepreciação desses sujeitos. Como podemos observar no relato da participante nominada na pesquisa por Arco-íris:

Eu sou fruto de uma relação inter-racial, sendo que minha mãe é branca e meu pai negro. Quando criança sempre ouvia alguns comentários como “nossa, igual ao pai, mas puxou a cor da mãe”; “foi herdar logo o nariz do pai”; “nossa, branca com cabelo ruim”, ou “nossa, se tivesse herdado o olho azul da sua mãe com esse cabelo enrolado iria ser muito mais linda”, e outras afirmações do gênero, toda essa narrativa da minha própria família. Eu nunca levei esses comentários muito a sério, exatamente porque não entendia nada sobre o assunto, acreditava que essa postura era ‘normal’ e ainda achava legal ter puxado a cor da minha mãe (Arco-íris).

Arco-íris nos apresenta a dicotomia da valoração negativa dos traços identitários herdados do genitor negro (nariz, cabelo...) que eram inferiorizados pelos familiares, atribuindo-lhes adjetivos como “ruim”, “enrolado”, demonstrando nessas escolhas lexicais a “superioridade’ da branquitude, provando o que discutimos sobre a influência da colonialidade no imaginário popular, que é a aceitação da imagem do colonizador como referência de pertencimento.

Concordamos com Bento (2022) sobre sempre falarmos das heranças negativas da escravidão negra, como sujeitos passivos e alheio às suas lutas, faz-se necessário, também, falarmos dos impactos positivos desta população negra, da sua resistência e de seu legado, como também darmos vozes ao pacto de silêncio dos brancos que praticaram atos violentos, brutais, bestiais.

Outro fator que precisa ser discutido nessas relações é o racismo, pois constantemente é “apagado” em muitas situações por fatores como o silenciamento, a crença de que no Brasil todas as pessoas convivem de forma amistosa e respeitosa independente da raça, levando a população a acreditar que é algo pontual, sendo reforçado por alguns representantes políticos, artistas, influencers que afirmam que estão tentando importar problemas de outros países.

Isso ocorre porque como fator influenciado pela história, geopolítica e também cultura em outros países como nos Estados Unidos o preconceito racial é de origem, basta ter uma gota de sangue de outra raça que não é considerado branco. Já no Brasil, o racismo, ocorre em virtude da cor da pele e de características fenotípicas, para justificar o tratamento diferenciado.

Como já enfatizamos em itens anteriormente, esse processo histórico, aliado ao difundido mito da democracia racial, desenvolveu-se um racismo estrutural no país, ou seja, institucionalizado por diversos mecanismos sociais e culturais. Por conta disso, a população negra encontra dificuldades na construção de uma identidade baseada na negritude, já que muitos ainda idealizam uma identidade branca como ideal. Esses são alguns dos fatores que dificultam o engajamento em políticas com o objetivo de melhorias de sua condição social, econômica e cultural.

Esse processo de reconhecimento é marcado por uma caminhada de inúmeras contradições e opressões sofridas pela pessoa internamente, como também é fortalecido por participação em grupos sociais, como na narrativa de Arco-íris, que inicia o seu processo de assumir e entender sobre sua identidade a partir de seu processo educacional:

Certo dia, tive uma aula no Ensino Fundamental, em que a professora apresentou um livro com protagonistas negras, justamente para abordar a temática do racismo na sala de aula, em que a personagem não se encaixava nos padrões eurocêntricos da literatura em que estávamos acostumados a ver, e a partir disso vários colegas começaram a se identificar e a relatar experiências racistas que haviam passado e vivenciado. Até a fase da adolescência, eu não conseguia reconhecer minha filiação racial, se eu era branca, parda ou negra. Porém como passei a compreender o racismo vigente, e minha mãe também começou a dialogar em casa sobre o tema, mesmo assim, somente na faculdade consegui compreender que sou uma mulher de cor parda, pertencente a raça negra (Arco-íris).

É mais do que emergente e urgente a produção de contínuo e sistemático diálogo entre escola e realidade social para a construção de um currículo de ensino-aprendizagem comprometido com a diversidade, para tratar da questão racial por uma perspectiva decolonial, promovendo reconhecimento de saberes e conhecimentos plurais.

Nina Lino Gomes (2012) afirma que descolonizar currículos é uma questão de ruptura epistemológica e cultural:

Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciamos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos (GOMES, 2012, p. 102).

Não há dúvida da importância dos profissionais, em especial da educação, de reconhecerem essa desigualdade social, como fruto da discriminação racial historicamente produzida, reforçando assim a importância da participação crítica do educador no trato das questões ligadas à diversidade étnico-racial.

Como professora que trabalha na perspectiva de uma educação inclusiva, sempre me deparo com a reclamação dos alunos “estudar negro de novo”, que não costumam ler e valorizar obras de autoras negras e autores negros, antes eu afirmava que era sempre por que estava na LDB, pois tinha argumentos para debater com esses alunos, silenciando-se diante da situação. Por isso, acredito que é extremamente importante estudar sobre Letramento Racial Crítico, para que possamos aprimorar nosso conhecimento e compartilhá-los com a comunidade escolar, promovendo verdadeiramente uma educação (Arcoiris).

Reconhecer a necessidade de letramentos inter-raciais críticos possibilita outro modo de pensar agir a colonialidade (manutenção da colonização sofrida) numa abordagem decolonial, que não nega a memória cultural da colonização como processo de exploração e dominação que sofremos ao invadirem nossos territórios (QUIJANO, 2005), outrossim percebe que as resistências de nossos antepassados tal qual a colonialidade também pode ser des/reconstruída, repensada num processo decolonial pela inter-racialidade.

A concepção de letramento inter-racial está num rol de conceitos que envolve desde o letramento racial, conforme Schucman (2020) que nos aponta que este letramento pode ser usado para compreendermos como os brancos criam consciência dos “privilégios de branquitude, de estrutura racista da sociedade e como negociar sua branquitude” (SCHUCMAN, 2020, p.103), podendo pois provocar o desconstruto identitário racista branco, criando brechas para novos lugares, sentidos “desidentificando a brancura da branquitude”. (SCHUCMAN, 2020, p.103).

Para Grada Kilomba (2019, p. 50) quando debatemos sobre questões raciais, podemos compreender quais concepções foram validadas e quais foram apagadas e ainda porque elas estão conectadas “ao poder e à autoridade racial”, de apenas uma raça sobre as outras. Uma relação que precisa ser continuamente repetida para resistir. Atravessar este território de branquitudes, rompendo o contínuo agir de uma raça sobre outras pode estar também nestas relações inter-raciais que não aceitam o pensamento civilizatório que torna o branco o centro das relações.

Diante dessa realidade de supervalorização do(a) branco(a) e subestimação do(a) negro(a), ainda observamos em nossa sociedade reprodução desse comportamento em pleno século XXI, como na narrativa da participante do estudo que nomearemos de Aurora Boreal.

Compreendi o que era racismo quando os meus pais decidiram adotar uma criança. Éramos três filhos, sendo eu a caçula, já na fase da adolescência. Lua chegou a nossa família ainda uma criança, com apenas 3 anos. Minha família é branca, enquanto nossa nova irmã era negra. Nesse intervalo da sua adoção, meu pai foi transferido para a capital do estado e fui com ele para a nova cidade, onde organizaríamos a nossa mudança. E ficamos hospedados na casa de minha tia que morava com seus filhos em um bairro de classe social alta. Ao saber que a criança adotada por meus pais era negra, um dos meus primos, questionou quanto tínhamos pagado para adotá-la. Fiquei em estado de choque, mas respondi que em uma adoção não pagamos. Com um olhar surpreso, ele me pergunta: “por que não adotaram então uma criança branca?”. O que me assusta ao recordar esse episódio é que ele tinha na época apenas nove anos (Aurora Boreal).

A concepção de inter-racialidade aprofunda-se, neste relato, ao questionar as falas do primo branco. Pois revelam a manutenção de uma pensar e agir colonial, que escancara a relação de poder do branco e rico sobre o negro como produto disponível demonstrado pela incredulidade de não se ter pago pela adoção e ainda assim preferir uma criança negra como membro afetivo familiar.

O contexto geopolítico da capital é uma representação da Casa Grande exposta por Gilberto Freyre, onde a vida, e quem tem direito de (e como) viver é decidido por ricos, brancos, moradores da Casa Grande. Portanto, as inquisições do primo reproduzem as práticas coloniais que se instalaram no poder sobre o outro como produto, bem como mostra a criação de fenótipos discriminatórios e inferiorizados que têm como raiz o seu medo em relação ao outro, diferente (BENTO, 2022). Por isto, o apagamento de grupos racializados está instalado numa crença colonial de fortalecer os iguais com a criação de categorias, entre elas, a etnia, raça.

O medo se desconstitui quando criamos relações de resileiência e alteridade, compreendendo a interdependência do eu e os outros.

Sempre que conto esse triste relato, tenho os mesmos sentimentos que senti naquele momento, susto e dor. Inicialmente o susto; depois compreendi a dor dessa rejeição, que ocorre apenas pela cor de uma pessoa. Como uma criança de nove

anos tinha essa concepção, uma vida branca é valorizada e uma vida negra “comprada/vendida”? (Aurora Boreal).

Esse relato traz consigo a alteridade e resiliência porque estes são constituídos nas existências dos eus outros em vínculos afeto familiares com a expectativa e porque não o esperar de que podemos constituir vínculos capazes de colaborar na luta do outro tornando-a nossa também (ROCHA, 2021). Fortalecer vínculos afetivos inter-raciais é um modo de pensar agir decolonial para desconstruirmos imaginários coloniais de que ‘a carne mais barata do mercado é a carne negra’⁶.

É da coragem de decolonizar de grupos afeto familiares como a de Aurora Boreal que podemos compreender as relações inter-raciais como processo de decolonização em que a categoria etnia/raça possam visibilizar identidades em reconstrução, perpassando pelo discurso como identificado por Hall (2014) e também pelas práticas afetivas.

O debate inter-racial está interseccionado com problematizações geo-política-econômicas. Elas não são isoladas, por isto, a abordagem inter-racial requer decolonizar também estruturas de manutenção de grupos privilegiados que margeiam os racializados. Propor este atravessamento de fronteiras étnico-racial pode não ter o caráter pensado historicamente da miscigenação, mas pode destruir a verticalidade das relações socioeconômicas, reconstruindo relações interdependentes que destruam a necessidade de se empoderar pela dominação do outro.

Compreendemos que a luta é emergente e incansável porque a colonialidade é persistente, perversa e se reinventa, se recria. Combatê-la, resistir, esperar é percurso inter-racial para desconstruir “ideias falaciosas de superioridade racial branca e que resulta, nas sociedades estruturadas pelo racismo, em uma posição em que os sujeitos identificados como brancos adquirem privilégios simbólicos e materiais em frelação aos não brancos”(SCHUCMAN, 2020, p.7).

Algumas Considerações

O estudo teve como objetivo compreender as relações inter-raciais na (re)construção identitária numa perspectiva decolonial. Durante a pesquisa,

⁶ Composição musical brasileira. Autores: Seu Jorge / Marcelo Yuka / Ulisses Cappelette.

consideramos a inter-racialidade como processo necessário para resistir à manutenção de branquitude que insistentemente demarca nossos corpos como território colonizado que busca a perpetuação de um estado colonial de viver.

A interracialidade foi discutida, nesta pesquisa, com abordagem decolonial, desdobrando-se como transgressão, um atravessamento de fronteiras que não objetiva chegar do outro lado desta fronteira, mas no processo da travessia quer reconstruir historicamente as percepções de nossa identidade negra que, durante todo o projeto de colonização, fora forjadamente apagado de nossas memórias, tornando-nos desejosos de branquitude como modo único de vivência.

Ao pensarmos nas relações inter-raciais, lembramo-nos do psicanalista e filósofo militante Guattari (1992, p.12) na metáfora sobre a escravidão negra e o jazz:

Pois bem, o jazz nasceu a partir de um mergulho caós mico, catastrófico, que foi a escravização das populações negras, no continente norte- americano e sul- americano. E depois, através de ritornos os mais residuais desta subjetividade negra, houve uma conjunção de ritmos, de linhas melódicas, com o imaginário religioso do cristianismo, com dimensões residuais do imaginário, das etnias africanas, com um novo tipo de instrumentação, com um novo tipo de socialização no próprio seio da escravidão e, em seguida, com encontros intersubjetivos com as músicas folk brancas que estavam lá. Houve, então, uma espécie de recomposição dos territórios existenciais e subjetivos, no seio dos quais não só se afirmou uma subjetividade de resistência por parte dos negros, mas que, além do mais, abriu linhas de potencialidade a toda a história da música, e não unicamente à história da música norte-americana: lembro a vocês que Debussy e Ravel, os maiores músicos ocidentais, foram extremamente influenciados por esse ritmo e por essa música de jazz.

Esta intersecção proposta nesta metáfora nos instiga a construirmos possibilidades de relações inter-raciais que ao convivermos, nós, os desiguais, reconhecamos que nossa des/reconstrução identitária está relacionada à nossa narrativa pessoal interseccionada nas relações sociais com os quais convivemos em nossa trajetória de vida.

Este universo pesquisado através de estudiosos do tema e dos depoimentos das professoras participantes nos possibilitou um olhar detalhado para as diferentes formas de vivenciar o racismo. Inclusive a diversidade presente no interior das próprias famílias proporciona ser esse um dos espaços privilegiados para o desenvolvimento de estratégias para o enfrentamento, acolhimento e elaboração da violência racista vivida

na sociedade de forma mais ampla, mas também, pode ser uma armadilha de legitimação e vivência racistas.

Por fim, ressaltamos que as problematizações sobre a (re)construção identitária deve ser articulada através da luta por políticas específicas de redução das desigualdades para a população negra, tais como os debates e intervenções no campo das políticas de ação afirmativa, a inclusão de temáticas relacionadas à história e cultura de base africana nos currículos escolares, entre outras iniciativas.

Referências

ABRAHÃO, M. H. M. B. *Construindo histórias de vida para compreender a educação e a profissão docente no estado do Rio Grande do Sul*. In: _____ (Org.). *História e histórias de vida: destacados educadores fazem a história da educação rio-grandense*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 13-33.

BARBOSA, S.M.A.D; BEDRAN, F. P. *Discurso e relações de poder na (re)construção da identidade profissional de professores de língua em uma comunidade de prática no ambiente digital*. Horizontes de Linguística Aplicada, ano 15, n. 1, 2016.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CHIAVENATO, Júlio José. *O Negro no Brasil: da Senzala à Guerra do Paraguai*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

FREIRE, P.; SHOR, I. *Medo e ousadia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Guattari, F. Santos, A. dos. (2018). FÉLIX GUATTARI: ENTREVISTA PARA TV GREGA (1992). *Revista Polis E Psique*, 8(2), 7–23.

GOMES, L. *Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares*. Vol I. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GOMES, L. *Escravidão: da corrida do ouro em Minas Gerais até a chegada da corte de Dom João ao Brasil*. Vol II. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2021.

GOMES, L. N. *Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos*. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (ORG). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MARTINS, J. *A pesquisa qualitativa*. In: FAZENDA, I. (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1989. p. 47-58.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. 2. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, A. A. P. *Programa de Educação sobre o negro na sociedade brasileira*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2004, p. 15-34.

OLIVEIRA, I. B.; GERALDI, J. W. *Narrativas: outros conhecimentos, outras formas de expressão*. _____. (Org.) *Narrativas: outros conhecimentos, outras formas de expressão*. Petrópolis: DP&A, 2010. p.

QUEIROZ, D. M. (2004). *Universidade e desigualdade: brancos e negros no ensino superior*. Brasília, DF: Líber Livro, 2004.

SCHWARCZ, L. M. *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. In: GOMES, F. S. e SCHWARCZ, L. M. (Orgs.) - 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHUCMAN, L. V. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. 2 ed. São Paulo: Veneta, 2020.

_____, L. V. *Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor*. Salvador: EDUFBA, 2018.

SILVA, Simone B. *De racistas compulsórios a antirracistas: contribuições possíveis para mudanças urgentes*. *Pensares em Revista*, n. 20, p. 34-56, 2021a.

WARSCHAUER, C. *Rodas e narrativas: caminhos para a autoria de pensamento, para a inclusão e a formação*. 2004. Disponível em: <http://www.rodaeregistro.com.br/pdf/textos_publicados_3_rodas_e_narrativas_caminho_s_para_a_autoria.pdf>.